

JUDICIÁRIO

Moraes suspende rede social

Ministro do STF ordena bloqueio do Rumble no Brasil por descumprir ordem para indicar representantes legais no país

» LUANA PATRIOLINO

Em resposta ao descumprimento de decisões judiciais da plataforma de vídeo Rumble, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, a suspensão da rede social no Brasil. A decisão ocorre 24 horas após a empresa ser intimada a indicar representantes legais no país — como prevê o Marco Civil da Internet.

Segundo Moraes, o Rumble cometeu “reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e Poder Judiciário brasileiros” e que instituiu um “ambiente de total impunidade e ‘terra sem lei’ nas redes sociais brasileiras”.

“Determino a suspensão imediata, completa e integral, do funcionamento do Rumble INC. em território nacional, até que todas as ordens judiciais proferidas nos presentes autos — inclusive com o pagamento das multas — sejam cumpridas e seja indicado, em juízo, a pessoa física ou jurídica representante em território nacional”, escreveu o ministro.

Moraes também determinou a aplicação de multa de R\$ 50 mil para pessoas e empresas que usarem rede privada, como VPN, ou outros “subterfúgios tecnológicos” para acessar a plataforma durante o período de bloqueio.

Na noite de ontem, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) começou a notificar as empresas, como Vivo, Claro e Tim, maiores operadoras de internet do país, sobre a decisão de Moraes. A suspensão total da rede no território nacional, porém, vai depender de cada companhia.

Investigações

Na quinta-feira, o magistrado havia determinado que a empresa indicasse um representante legal no país e cumprisse ordens judiciais para o bloqueio de perfis de pessoas investigadas. A decisão ocorreu no âmbito das investigações sobre a atuação do blogueiro Allan dos Santos.

Segundo o STF, o bolsonarista usa a plataforma para disseminar notícias falsas e ataques contra as instituições democráticas. A ordem do ministro também prevê a suspensão do repasse de monetização ao influenciador. Moraes lembrou que todas as empresas que operam no Brasil estão sujeitas à legislação local.

“A lei 12.965/2014 estabelece, ainda, em seu art. 11, ser possível a requisição de informações sobre serviços telemáticos

Gustavo Moreno/STF



O ministro Alexandre de Moraes disse que o Rumble cometeu “reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais”

Outras redes

Plataformas como YouTube, Facebook, Twitter e Instagram foram notificadas para bloquear as contas de Allan dos Santos e cumpriram as ordens de Moraes.

» Supremo vai analisar caso Rubens Paiva

O STF decidiu, ontem, por unanimidade, que vai analisar se deve prosseguir uma ação penal que apura as circunstâncias da morte do ex-deputado federal Rubens Paiva e de outras duas vítimas da ditadura militar. O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, destacou a “atualidade” e a importância da discussão do tema na sociedade. Neste primeiro momento, os integrantes votaram pela aplicação do sistema de repercussão geral aos três processos. Há outra ação, também, em que os ministros decidem se vão reavaliar a lei quando há crimes permanentes, ou seja, os de longa duração. As ações discutem se a Lei da Anistia, de 1979, deve ser aplicada nos casos de Rubens Paiva e das outras vítimas.

diretamente às empresas brasileiras subsidiárias de empresas estrangeiras, quando constituídas sob as leis brasileiras e sediadas no Brasil, pois, nos termos da legislação brasileira, todas as empresas que atuem no território nacional devem estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro”, enfatizou.

Popular entre os conservadores nos Estados Unidos, o Rumble é similar ao YouTube. No início da semana, a rede apresentou à Justiça dos Estados Unidos uma ação contra Moraes por censura. O processo foi aberto em conjunto com o grupo de comunicação Trump Media & Technology

Group, do presidente dos EUA, Donald Trump, e pede também que as ordens do ministro do STF para derrubada de contas de usuários não tenham efeito legal no país norte-americano.

Perfil desativado

Também ontem, Moraes desativou seu perfil oficial na rede social X. No lugar dos posts, aparecia uma mensagem da plataforma: “Essa conta não existe. Tente buscar outro(a)”. O STF informou que o perfil foi retirado do ar a pedido do próprio magistrado, que já não usava a plataforma desde janeiro de 2024.

Um dia antes, o ministro multou a rede de Elon Musk em R\$ 8,1 milhões por descumprir decisões judiciais e não fornecer dados sobre **Allan dos Santos** — investigado no inquérito das fake news com prisão preventiva decretada em 2021. Ele também determinou que a peça seja enviada a Polícia Federal, a fim de dar continuidade às investigações no âmbito da apuração sobre mídias digitais.

Em decisão anterior, Moraes havia ordenado que a conta do bolsonarista fosse bloqueada, mas a plataforma, apesar de suspender, não enviou as informações solicitadas, argumentando que “as operadoras do X não coletam dados cadastrais”.

Por conta disso, foi estipulada a multa de R\$ 100 mil por dia. Em outubro, o ministro do STF determinou que a Secretaria Judiciária da Corte calculasse o valor corrigido da penalidade a ser paga pela empresa, que chegou ao valor de R\$ 8,1 milhões. A plataforma recorreu, mas ele manteve a decisão e ordenou o pagamento imediato da multa.

No ano passado, o X ficou mais de um mês suspenso no Brasil, após o bilionário Elon Musk descumprir uma série de determinações judiciais brasileiras. A plataforma só voltou a operar depois de obedecer às normas impostas por Moraes e pagar uma multa milionária.

Saiba mais

Embates com ministro

O Rumble, conhecido por sua política menos restritiva de moderação de conteúdo, foi temporariamente suspenso no Brasil em dezembro de 2023, após se recusar a cumprir ordens judiciais para remover conteúdos considerados ilícitos pela Justiça brasileira. Em fevereiro deste ano, voltou a operar no país, mas mantém o embate com o ministro Alexandre de Moraes, do STF, que já determinou bloqueios de perfis e conteúdos de figuras da direita brasileira na rede.

Na quinta-feira, o CEO da plataforma, Chris Pavlovski, declarou que recebeu “mais uma ordem ilegal e sigilosa” do ministro, sem especificar o conteúdo da decisão.

A rede se consolidou como um espaço alternativo para figuras conservadoras e de direita, incluindo o blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça brasileira, e os jornalistas Paulo Figueiredo e Rodrigo Constantino. O embate entre a plataforma e o STF reflete a disputa global sobre os limites da moderação de conteúdo e a influência do Judiciário sobre plataformas digitais.

Marçal está inelegível

» ISRAEL MEDEIROS

A Justiça Eleitoral de São Paulo condenou, ontem, o empresário e influenciador Pablo Marçal (PRTB) à inelegível por oito anos. O juiz eleitoral Antonio Maria Patiño Zorz, da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, entendeu que o ex-coach cometeu abuso de poder político e econômico, uso indevido de meios de comunicação social e captação ilícita de recursos durante a campanha para a Prefeitura de São Paulo.

O objeto da ação foi uma ação de Marçal para levantar dinheiro durante a corrida eleitoral: ele prometeu enviar vídeos apoiando candidatos nas eleições municipais que transferissem R\$ 5 mil para a sua campanha. O ex-coach exigia que os postulantes anexassem o comprovante de transferência no momento do preenchimento de um formulário com os dados para o vídeo.

“Quero te fazer uma pergunta: você conhece alguém que quer ser vereador e é candidato, que não seja de esquerda? De esquerda nem precisa avisar. Se essa pessoa é do bem e quer um vídeo meu para ajudar a impulsionar a campanha dela, você vai mandar esse vídeo e falar ‘olha que oportunidade’. Essa pessoa vai fazer um Pix de R\$ 5 mil para minha campanha, como doação”, disse, à época.

Processo

A ação foi movida pelo PSB, partido da deputada Tabata Amaral (SP), que concorreu com Marçal no pleito do ano passado; pelo deputado Guilherme Boulos (PSol-SP); e pela Coligação Amor por São Paulo.

“Assevero que a conduta praticada pelo réu Pablo Marçal referente à venda de apoio político a candidato a vereador que não estivesse em partido de esquerda pelo preço de R\$ 5.000 configura conduta altamente reprovável (gravidade qualitativa) e violadora dos princípios da legitimidade das eleições”, escreveu Zorz em sua decisão.

Em nota, Marçal disse ter gravado “milhares de vídeos de apoio político para candidatos a prefeito e vereadores em todo o país”. “Estou em paz por não ter feito nenhum vídeo em troca de apoio financeiro, conforme demonstrado na prestação de contas apresentada à Justiça Eleitoral”, frisou. “Continuo acreditando na Justiça e tenho certeza de que tudo será esclarecido durante o processo de recurso.”

ATOS GOLPISTAS

Bolsonaro diz que “exagerou” em fala

» LARA PERPÉTUO

O ex-presidente Jair Bolsonaro disse, ontem, que exagerou ao usar a expressão “caguei” para demonstrar falta de preocupação com uma eventual prisão, ante a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) de participação dele na tentativa de golpe de Estado.

“Ontem, eu exagerei aqui um pouquinho. Falei que estava assim para uma possível prisão. Exagerei um pouco”, afirmou, durante o 1º Seminário Nacional de Comunicação do Partido Liberal (PL), em Brasília. Na quinta, o ex-presidente havia dito que lida “o tempo todo” com ameaças do tipo “vão prender o Bolsonaro” e que não ligava para isso.

Bolsonaro admitiu que “de vez em quando dá uns coices por aí”, para mostrar que é “de carne

Abuso de poder

Além da denúncia apresentada na última terça-feira, Bolsonaro está inelegível por oito anos, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em razão de dois episódios de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, em uma reunião com embaixadores e em um evento de 7 de Setembro.

e osso”. Segundo ele, “a verdade vem nesses momentos”. O ex-chefe do Executivo, **inelegível** até 2030, também citou a acusação feita contra ele e frisou que o objetivo do Supremo Tribunal Federal (STF) é tirá-lo das eleições de 2026.

“Não existe nada, sequer

Ed Alves CB/DA Press



Bolsonaro admitiu que “de vez em quando dá uns coices por aí”, para mostrar que é “de carne e osso”

uma mensagem de ‘zap’, nada”, sustentou, sobre a denúncia. “Aquilo surpreendeu todos vocês, inclusive. Mas eles querem, aqui, vocês sabem quem é, ele (em referência ao ministro

Alexandre de Moraes: ‘Tirei o cara de combate, vamos acabar com a possibilidade de retornar’ (...). Não tenho medo nenhum de enfrentar esses caras nas urnas”, disparou.

Michelle

O ex-chefe do Executivo foi responsável pelo encerramento do seminário. Antes dele, a ex-primeira-dama Michelle

Bolsonaro ressaltou, em seu discurso, que há perseguições ao marido. Quando perguntada se teme que o ex-presidente seja preso, ela fez um trocadilho com o Supremo Tribunal Federal (STF): “Só o supremo poderoso que poderá dizer”. Michelle também mencionou que os dois nunca mais tiveram um dia de paz.

“(Bolsonaro) sabe do potencial que nosso Brasil tem. E por isso que ele está aqui, passando por tantas dificuldades e tantas perseguições. Nunca mais tivemos um dia em paz. Mas louvado seja Deus, porque nessa luta, nesses dias tão difíceis, o Senhor tem nos forjado e nós estaremos de pé”, disse.

Michelle também criticou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a alta dos alimentos. “A partir do momento em que o governo mexe no prato das famílias, das pessoas mais simples, é uma crueldade muito grande”, disse ela que se referiu a Bolsonaro como “ex-futuro-presidente” do Brasil. De acordo com a ex-primeira-dama, o marido não tem um projeto de poder, mas “paixão pelo Brasil”. **(Com Agência Estado)**